

Ulysses vota a favor, é cumprimentado e chora

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Pelo menos três ameaças de agressões físicas, antecedidas de agressões verbais, marcaram a agitada e longa sessão do Congresso, iniciada às 10 horas de terça-feira e suspensa pouco antes das duas horas de ontem. Nervosa, às vezes tensa, a maratona, com certeza, provocou insônia em Ulysses Guimarães e Pimenta da Veiga, pelas reações dos chefes militares ao pedido de destaque para a subemenda Uequed, de anistia a civis e militares.

Os líderes do PMDB, do PFL e do PDS tinham feito acordo para aceitar a anistia nos termos incluídos no substitutivo Giavarina, devidamente negociado com o governo e com ministros militares por Ulysses Guimarães e Pimenta da Veiga. O clima do plenário, movimentado pelo PT e PDT e por remanescentes do malufismo do PDS, tornou propício o rompimento do acordo: os líderes não iriam seguir os líderes.

O líder do PDS, Frisco Viana, sentindo a tendência da maioria da sua bancada, votou contra o pedido de destaque à subemenda Uequed, mas liberou seus liderados. O mesmo fez o líder do PFL, José Lourenço Pimenta da Veiga, porém, relutou. Na votação dos deputados de São Paulo, curiosidade geral em torno do voto do presidente do PMDB e da Câmara. Três ou quatro nomes antes da chamada a Ulysses, Pimenta usou o microfone de apertar para uma comunicação de liderança: a bancada estava liberada. Momentos depois, ao ser chamado, Ulysses Guimarães, como em seus bons tempos, deu o voto "sim" cercado de abraços e palmas do plenário e das galerias. Experiência, mas sempre emotivo, o dirigente peemedebista não resistiu às lágrimas.

Os líderes sentiram, mais uma vez, que o exercício das funções só está servindo para votações simbólicas em assuntos pacíficos. As bancadas estão reagindo sempre.

O acordo da Aliança Democrática

ca com o governo estava a meio caminho do rompimento. Concedido o destaque à emenda Uequed — e não havendo acordo para aceitar integralmente o substitutivo Giavarina — o governo seria derrotado no Congresso.

Do lado da bancada do PMDB, o vice-líder Arthur Virgílio criticou os malufistas que apolaram a anistia. Um deles, Agnaldo Timóteo, dirigiu-se à bancada da liderança do PMDB para criticar os líderes do governo, inclusive Ulysses. Antonio Câmara, Heráclito Fortes e João Bastos reagiram e impediram a aproximação de Timóteo — que teria tentado agredir a Arthur Virgílio. Cardoso Alves disse que João Bastos e Heráclito Fortes pensavam que o alvo seria Ulysses e gritaram: "Ulysses é intocável, Ulysses é intocável". Timóteo, a muito o custo, foi afastado do local.

Logo depois, com as mãos no bolso, o deputado maranhense Nagib Haikel aproximou-se de Arthur Virgílio e ameaçou: "Se você continuar nos chamando de malufistas safados, vai apanhar. Aqui, no corredor ou na rua. Mas vai apanhar". Enquanto vários deputados afastavam Nagib, outro malufista, Albino Coimbra, começou a xingar, ameaçando Arthur Virgílio. Também foi retirado do local, quase à força, por Teodoro Mendes e outros. Na confusão, vários deputados perceberam que alguns deles estavam armados.

Durante os incidentes Ulysses reuniu-se com José Fragelli, Fernando Henrique Cardoso, Amaral Peixoto e outros líderes partidários. Em seu gabinete Pimenta da Veiga conversou, pelo telefone, com o ministro Leônidas Pires Gonçalves. Os chefes militares não gostaram nem um pouco da aprovação do pedido de destaque à subemenda Uequed de anistia geral. "A proposta não será assimilada" — disseram os ministros. A primeira reação, curiosamente, partiu do vice-líder do PT, José Genoíno: "Acho melhor adiar a votação, diante da iminência de uma crise político-militar". Ele tentou, mas não conseguiu.

As sugestões dos advogados

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Reunidos em Vitória, cerca de 200 advogados de todo o País, especialistas em Direito Constitucional, votaram ontem em plebiscito a favor da realização de uma Assembléia Constituinte independente do Congresso Nacional. Os que apóiam essa tese são 157, sendo que o restante votou em branco, apresentando outras alternativas.

Aberto ontem pelo governador Gerson Camata, no Hotel Porto do Sol, o VI Congresso Brasileiro de Direito Constitucional prossegue hoje, quando os juristas Geraldo Forbes e Celso Ribeiro Bastos apresentarão tese considerando inconstitucional a eleição de 15 de novembro num só turno, para as capitais, estâncias hidrominerais e antigas áreas de segurança nacional.

Além da Constituinte e seus vários aspectos, o encontro discutirá os partidos políticos e questões relacionadas à autonomia municipal e a tributação.

Terminou ontem em Porto Alegre a vigília pró-Constituinte Exclusiva do Movimento Gaúcho pela Constituinte, com poucos resultados práticos. Sem obter o apoio político do PMDB e do PDS gaúchos, o Movimento diz que não abandonará a luta.

Prazos, "um assunto inútil"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Previdência Social, Waldir Pires, voltou ontem a manifestar-se contra qualquer prazo de desincompatibilização para que os atuais ocupantes de cargos públicos concorram às próximas eleições. O ministro acha uma perda de tempo a discussão travada no Congresso Nacional para alterar o processo eleitoral para um único pleito, quando estamos às vésperas de uma Constituinte que analisará todas essas questões em profundidade e com total soberania.

Waldir Pires recordou uma vez mais que não existe desincompatibilização nas verdadeiras democracias modernas. Segundo ele, os brasileiros deveriam acostumar-se com a postura de exercer uma atividade pública sem sanções, para não haver necessidade de abandonar-se cargos para disputar cargos eletivos.

Como ex-cassado anistiado, o ministro manifestou-se favorável a uma anistia ampla e irrestrita para todos os brasileiros. Considera também a vitória do PMDB a 15 de novembro fundamental para definir as forças políticas do governo e, como candidato ao governo da Bahia, observou que naquele Estado a luta é muito difícil, mas continua à disposição do seu partido jogando tudo na unidade peemedebista.

Cenafor debate Constituição

"Trabalho, Sindicalismo e Constituição" é o tema da conferência a ser feita pelo professor e jornalista Oliveira S. Ferreira, dia 29, dentro do programa do seminário "Educação e Trabalho na Constituinte", promovido de 28 a 30 pela Fundação Cenafor, no auditório do Centro do Professorado Paulista, localizado na avenida da Liberdade, 928.

A sessão solene de abertura contará com a presença do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, e estão previstas para o primeiro dia confe-

rências do jurista Miguel Reale Júnior e do professor Caio Tácito Sá Viana Pereira de Vasconcelos. No dia 29, além do professor Oliveira S. Ferreira, o professor Manoel Ferreira Gonçalves falará sobre "O Papel do Estado na Educação". Para o último dia está previsto painel com a participação de Célio Borja, Cláudio Lembo, Esther de Figueiredo Ferraz e Ildélio Martins. A sessão solene de encerramento do seminário deverá comparecer o ministro da Educação, Marco Maciel.